



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 15 | Nº. 29 | Jul./Dez. de 2023

Ana Rita Menezes da Silva

Universidade Estadual Vale do Acaraú / UVA.

ritinhamens@gmail.com

Edilberto Florêncio dos Santos

Universidade Estadual do Ceará / UECE.

edilberto2330@gmail.com

CAPELA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO EM ALCÂNTARAS/CE: a memória de alcantarenses, em torno da antiga Igreja, após sua demolição.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir a história de Alcântaras/CE a partir da elevação da capela N. S. do Perpétuo Socorro e das memórias de alcantarenses, se utilizando do método de coleta de dados por meio de entrevista e de sustentação teórica baseada na obra de Delgado (2003), Portelli (2016) e Severo (2004).

Palavras-chave: Memória; Alcântaras/CE.

ABSTRACT

This article aims to discuss the history of Alcântaras/CE from the construction of the N. S. do Perpétuo Socorro chapel and the memories of Alcantarenses, using the data collection method through interviews and theoretical support based on the work by Delgado (2003), Portelli (2016) and Severo (2004).

Keywords: Memory; Alcântaras/CE.

Introdução

(...) de fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 1990, p. 535).

Na década de 1970 a metodologia da História Oral foi sendo introduzida e se sedimentou no Brasil como um método de pesquisa que privilegiou "(...) a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo" (ALBERTI, 1990, P. 52 apud BRANCO, 2020, P. 11). Porém, foi somente em 1990 que veio a surgir um interesse mais amplo e que culminou na criação da Associação Brasileira de História Oral em 1994.

Estes avanços ocorrem principalmente por meio dos aperfeiçoamentos tecnológicos que contribuíram na captação e armazenamento de áudios e imagens, além do desejo de historiadores registrarem vivências de pessoas durante a guerra (MEIHY, 2002 apud BRANCO, 2020, P. 10). Assim, a História Oral foi sendo incorporada como metodologia de pesquisa histórica, antropológica e sociológica.

No entanto, cabe frisar que apesar dos aparatos tecnológicos, segundo Paul Thompson (2002 apud FREITAS, 2006), a História Oral é tão antiga quanto a própria História. Na Grécia antiga a memória servia para conferir a imortalidade ao ser humano, integrando-o no tempo por meio da história, e sendo o passado um suporte do presente, tendo como função registrar o presente e evitar o esquecimento. Um caso é a deusa Mnemosyne, que tinha como função prioritária fazer do passado um sedimento no presente, como também o esteio do futuro. E sua filha, Clio, representando a História e constituindo-se como antídoto do esquecimento" (NEVES, 2000, P. 110).

Já na contemporaneidade a História Oral vem ampliando as oportunidades para discussão e reflexão sobre o passado, trazendo consigo a centralidade das memórias, destacando a memória social ou histórica, como fonte e objeto de estudo. Para isto, a considerada segunda geração de historiadores orais, nos anos de 1960, teve um papel importante, possibilitando uma abertura para que surgisse uma das

principais marcas da História Oral, a de transformação social pela democratização da história.

Segundo Patricia Ayumi Hodge e Alessandra de Sá Mello da Costa

No final dos anos 1960, principalmente na Inglaterra e na Itália, mas também nos Estados Unidos, a história oral tomou força como um ato político. A chamada história oral militante trouxe as histórias das minorias, dos operários e das mulheres para contestar versões elitistas e hegemônicas(...) Para um dos principais expoentes dessa geração, Thompson (2006), a história oral poderia democratizar a história, fazendo uma comunidade ser agente na construção de sua história. (HODGE, COSTA, 2021, p. 725)

Em síntese, entendemos que a História oral começou a traçar caminhos capazes de produzir conhecimento histórico pautado sobre a realidade vivida e as subjetividades, que até então foram colocadas à parte. Deste modo, começa a privilegiar, como aborda a historiadora Verena Alberti, “a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu”, entendendo que o objetivo “não é reproduzir o acontecido e sim construir o vivido através de palavras, imagens e discursos” (ALBERTI, 2004, p. 16).

Assim, dentro desses sistemas onde a memória¹ está sendo considerada fonte essencial e principal para retratar as temporalidades, também vem carregando consigo olhares que representam subjetividades, narrativas, manifestações da cultura e identidades menosprezadas. E que, quando transportada como forma de Memória ativa pode ser “um recurso importante para transmissão de experiências consolidadas ao longo de diferentes temporalidades” (DELGADO, 2010, p. 17). Pois, a Memória, construída entre o movimento contínuo e intrínseco ao ser humano de lembrar e esquecer, é importante fator para a construção das identidades, sejam elas individuais ou coletivas, muitas vezes sendo refletidas a partir de uma espécie de *anamnese*.²

Logo, entenderemos que a História Oral possibilita fazer da memória e das narrativas elementos centrais para acessar versões sobre outros tempos e seus acontecimentos e sentimentos. Compreendendo o processo de registro de testemunhos, visões e interpretações em narrativas entrecortadas pelas emoções do ontem, renovadas e (re) significadas pelo tempo da narrativa, o presente.

¹ Para melhor entendimento apresentamos aqui o conceito de memória “como propriedade de conservar certas informações, (que) remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 423).

² Lembrança pouco precisa, reminiscência, recordação. (DICIONÁRIO OXFORD LANGUAGES).

Neste caso, nosso trabalho busca, por meio das narrativas de alcantarenses e do trato metodológico de Delgado (2003), Portelli (2016) e Severo (2004), pensar o registro de lembranças relativas ao monumento eclesiástico Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, construído na primeira década do século XX, e demolido no ano 2009. Para isto, pondo em perspectiva a possibilidade da perda de referências e de significados por parte da população, ensejando o desaparecimento também de memórias que remetem a história e a cultura local.

Portanto, um dos fatores que esta pesquisa nos permite refletir dentro da realidade alcantarenses, é sobre a possível perda da memória coletiva, a partir da demolição de sua Igreja, e como a destruição de monumentos, causada pela falta de ações que ajudem a promover, de forma efetiva, um olhar de sentido histórico para com os bens materiais dificulta que as futuras gerações se reconheçam ou compreendam sua identidade cultural.

Assim, nos pautamos na memória e na análise das narrativas, tomando como empréstimo a interpretação de Benjamin (1994 apud DELGADO, 2010), para entender que elas contribuem para que as lembranças continuem vivas e/ou (re)significadas, não se transformando em exaltação ou crítica pura e simples do que passou, mas contribuindo para estimular e ativar o diálogo do presente com o passado. Além de perceber que a História Oral e o historiador tem um papel importante para a preservação dessa memória, pois

(...) as fontes orais não são encontradas, mas cocriadas pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo, e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a entrevista: literalmente, uma troca de olhares. (PORTELLI, 2016, P.10)

O surgimento da Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Alcântaras.

Alcântaras é um município brasileiro do estado do Ceará, localizado na microrregião de Meruoca, mesorregião Noroeste Cearense. O Município está distante 261 km de Fortaleza, sendo o acesso feito pela BR-222 e CE-440, e de acordo com a historiadora Adelina Lopes Guimarães, é uma

(...) cidadezinha pequena (...) cercada pelo verde das plantas dos serrotes, como a jurema, camunzé, jatobá, barriguda, cajueiros, pau-d'arco, capim-gordura, umburana... durante o período chuvoso, dando espaço aos tons

amarelados da mudança de estação proporcionados pelo sol do verão que percorre toda a extensão da serra onde está localizada. (GUIMARÃES, 2019, p. 97).

Todavia, antes de se tornar cidade, essas terras já no século XVIII foram citadas em documentos e conhecidas como Sítio São José, que segundo o memorialista alcantareense Bertoni Vasconcelos Diogo (2016), tiveram como primeiros proprietários o português José de Araújo Costa³ e sua esposa Brites de Vasconcelos, que em seu Inventário⁴ eram apresentadas nos seguintes termos:

Um pedaço de terra, de plantar lavoura na Serra da Meruoca, foreiro ao Senado da Câmara desta vila de Sobral, pegando o seu comprimento da parte de cima de uma cerca de pinheiros até testar da parte do nascente com terras da Fazenda Pedra Branca com uma légua de largo, meia para cada banda, que ouve por compra ao Sargento-mor Pedro Ferreira da Ponte⁵, com todas as benfeitorias que se acharem no dito sítio, avaliado por 200\$000. (DIOGO, 2016, p. 67).

No entanto, estima-se que entre os anos de 1800 a 1900, passa a pertencer a João Pereira de Souza e Procopio de Souza, e em seguida, no final dos anos 1900, pertencerá a família Alcântara que passará a ser chamada de São José dos Alcântaras e posteriormente de Alcântaras⁶.

Não se sabe a razão da mudança de proprietários, mas segundo consta no documento “*Cópia da escriptura de doação das terras a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de São José dos Alcântaras*”, presente no livro de tombo de 1912 e apresentado pelo memorialista Bertoni Diogo (2016), as terras foram adquiridas pelos Alcântaras por meio de compra. Conforme o registro,

(...) nas terras do sítio denominado “São José” foreiro da Câmara do Município de Meruoca do termo e Comarca de Sobral, sendo dez braças que os doadores Francisco Guilherme e sua mulher houveram por compra e quarenta braças que (...)João Capistrano e sua mulher (...) houveram por compra a João Pereira de Souza e a Procopio de Souza. (DIOGO, 2016, p. 113).

³ José de Araújo Costa, como consta no *site Geneanet*, nasceu no dia 30 de julho de 1724 na Vila Nova de Famalicão, Braga, Portugal e casou-se com Brites de Vasconcelos, nascida em 1724 em Goiana, Pernambuco, Brasil.

⁴ Segundo Diogo (2016, p. 64), o inventário do capitão foi feito pelo juiz de órfão, Capitão-mor Joaquim Marques em 25 de setembro de 1792. Informando ainda que o texto original com as informações faz parte do NEDHIS.

⁵ “Pedro Ferreira da Ponte (Sarg. Mór), foi batizado na Matriz de Sobral a 05 de junho de 1741, casou-se a 15 de outubro de 1759 com Catarina da Costa Medeiros, filha de Tomás da Silva Porto 1 e Nicácia Alves Pereira. (Desdobrado no Tomo II – Os Ferreira da Ponte- Genealogia Sobralense.)” (ARRUDA, 2010, p. 848)

⁶ Em 20 de dezembro de 1938 foi definitivamente chamado de Alcântaras pela Lei nº 448.

A partir de então, vai se estabelecendo a família Alcântara nas terras e com isto o lugarejo passa não somente a ser identificado como Sítio São José dos Alcântaras, pela quantidade avantajada de pessoas com o sobrenome, mas também por João Capistrano de Alcântara⁷, advindo desta família, ser um importante colaborador para o desenvolvimento da localidade que posteriormente se tornou cidade.

Além de colaborar em vida, Capistrano deixou registrado no já citado documento “*Copia da escriptura de doação das terras a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de São José dos Alcântaras*”, a doação de “uma casa de morada, dita na mesma terra, construída de tijolo, coberta de telha, com a única condição de morarem em dita casa quanto viverem e plantarem na terra doadas também durante sua vida” (Livro de Tombo de 1912 apud Diogo, 2016, p. 112) para a capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e conforme apresenta Diogo

Ao longo de sua vida João Capistrano exerceu várias funções, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento cultural do sítio São José. Devido aos inúmeros serviços prestados na região, Capistrano é inegavelmente reconhecido como o principal responsável pelo progresso no território alcantarense; trabalhou como comerciante, marchante, padeiro e professor. (DIOGO, 2016, p. 107).

Em sua vida também foi considerado o idealista para a construção da capela sobre a qual iremos discutir, classificada como um marco fundamental no desenvolvimento da localidade.

É notório neste período a construção de capelas como estratégia que, além de cumprir uma função religiosa de propagação da fé cristã, se constituir como frente de ordenamento social e político do território, sendo comum que a construção de igrejas se tornassem um referencial para o desenvolvimento urbano do lugar.

Servia como exemplo para moradores locais construírem suas casas e pregarem práticas que remetessem a uma crença, ou seja, a Igreja passava a ser apresentada como símbolo importante na formação social e espacial da região. Assim o templo de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro serviu “de referência para as inúmeras casas, que aos poucos foram surgindo” (idem, 2016, p. 111), a partir dela emergindo as primeiras ruas em seu contorno.

⁷ Capistrano nasceu no dia 12 de abril de 1871 e aos 23 anos de idade se casa com Antonia Germana de Jesus, viúva de Franklim Serapião de Alcântara.

A Capela teve como primeiro patrimônio um terreno de 50 braças⁸ de comprimento com meia légua⁹ de fundo, sendo 40 braças doadas por João Capistrano de Alcântaras e sua esposa e as outras 10 de Francisco Guilherme de Alcântaras e sua esposa, como consta no livro de tombo de 1912, que segundo Diogo “a escritura de doação foi feita no cartório de Coreaú, no dia 22 de fevereiro de 1908” (DIOGO, 2016, p. 112).

Era de estrutura relativamente simples, a capela seria considerada uma edificação não tão rudimentar se levarmos em consideração o contexto onde era muito comum construções de taipa¹⁰ devido ao baixo poder aquisitivo e pouco conhecimento sobre construções mais elaboradas. Inicialmente teve sob a orientação do Padre Custódio Arcanjo de Vasconcelos, com confirmação do ainda sacerdote José Tupinambá da Frota¹¹ ordenado pelo Sr. Bispo de Fortaleza Dom Joaquim José Vieira e, assim, após a aprovação, ocorreu no dia 11 de novembro de 1907 a implantação da pedra fundamental.

Com os recursos necessários disponibilizados e organizados por João Capistrano, e com a contribuição dos moradores do local, onde segundo registros “uns traziam as pedras, outros ficavam encarregados de fazer a mistura do barro com cal e água”, outros, ainda, buscavam madeiras utilizadas como andaimes em “que eram extraídas das matas vizinhas” (idem, 2010, p. 110), deste modo, foi possível erguê-la e ser concluída em 1909.

Percebe-se, assim, que o Templo carrega uma história de Alcântaras e diante disso, pensando a história da Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e sua existência por um século na vida social de alcantarenses, iremos entendê-la enquanto um monumento que contribuiu na representação de uma história local a partir do conceito de monumento e refletir sobre memórias de alcantarenses que conviveram em torno da Igreja e que ainda carregam consigo lembranças que representam essa história do local.

Memórias e narrativas em torno da Igreja após sua demolição.

⁸ Uma antiga medida de comprimento equivalente a 2,20 metros linearmente, logo, 50 braças equivale a 110 metros

⁹ Unidade de medida equivalente a 2,41402 quilômetros

¹⁰ Parede feita de barro (a que se misturam às vezes areia e cal) comprimido numa estrutura entretecida de varas ou taquaras.

¹¹ Dom José se tornaria, em 1915, bispo da cidade de Sobral.

Segundo a historiadora Fernanda Severo, o termo latino *Monere*, raiz comum das expressões *patrimoniun* e *monumentum*, significa “lembrar”, ou “aquilo que traz à lembrança”. (SEVERO, 2004). Seguindo esta compreensão e este significado etimológico, podemos dizer que na cidade de Alcântaras, a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro representou, no tempo de sua existência, uma efetiva memória difundida pela população que possibilitou traçar a história cultural e significados presentes até a atualidade.

Conforme apresenta Jacques Le Goff a respeito do conceito de monumento, afirma que

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (LE GOFF, 1990, p.535)

Em conformidade, Severo também compreende o monumento como um vestígio do passado investido “de um poder que adverte e interpela a memória coletiva” (2004, p. 02) materializando esse passado no presente e se oferecendo como experiência cognitiva e estética. E é principalmente por contribuir no recordar e nos fazer “herdeiros de uma tradição capaz de conceber e construir lugares para as vivências do grupo” que os bens materiais considerados monumentos históricos podem estar vinculados e serem considerados patrimônios históricos.

De acordo com este conceito analisaremos o fato da Igreja ter sido um monumento que por meio de sua materialidade, das sociabilidades e memórias ali constituídas condensar um legado de memória coletiva que fez potencializar a recordação de uma herança do passado na cidade. No entanto, após seu processo de demolição, o que permanece são as memórias da população ao redor do referido monumento que nos permitem analisá-los enquanto fonte histórica essencial para compreender as relações de rupturas e permanências, e as diversas temporalidades da história e memória do município. Ou seja, a edificação do templo abriu possibilidades para manter expressões culturais que participam da construção de uma identidade alcantarense, carregada de um valor histórico e cultural que se constituiu a partir de sua estruturação e foi perpassando ao longo do desenvolvimento urbano da cidade.

Com a conclusão da construção da Igreja vieram as festividades, um importante ponto que permite a compreensão da identidade local. Segundo Diogo (2016), no Livro de Tombo de 1912 do acervo da paróquia de Meruoca-CE, está presente um registro onde é possível observar, além do mês de solenidade da festa, como nessas celebrações foram acontecendo cerimônias importantes para a efetivação e propagação da religião.

A fim de solenizar a festividade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na Capella de São José dos Alcantara, peço a V. Excia Revm. Licença para da a santa bençam solene nas novenas e para dar processão no dia da festa. Nestes termos peço benigno diferimento e E. R. M. Meruoca, 1 de novembro de 1931.

Pe. João Theophilo Leitão, o vigário encarregado. (Diogo, 2016, p. 124). Novembro em São José dos Alcantara foi feito o novenário de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro com bençam do Santíssimo sacramento todas as tardes. Houve 534 comunhão de adultos e crianças, 13 matrimônio, e 85 batizado, 6 sétima unção. Domingo na primeira missa houve primeira comunhão. Houve cânticos na segunda missa. A conferência de São Vicente de Paulo, reuniu-se depois do meio dia em seção. Esta bastante florescente a quella associação contendo o número consolados de centro e quatorze associados É plano dos Vicentinos erguerem uma sacristia por detrás da capella (...ilegível) reuniram ali as quatro horas sahin a procissão. Na frente as crianças, depois as senhoras e entre ellas o andar Santa Terezinha, depois os Vicentinos e entre eles o andar de São Vicente de Paulo e por fim o andar de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, o padre a musica e o povo. Os fiés ficaram bem impressionados principalmente quando as duas alas setenças acompanhando o relevo, duplo, digo, (...ilegível) altos dos arrebolados podiam ser contemplados em toda a sua totalidade com duas muralhas que se adiantam por entre a verdura da serra. Encerrou-se a procissão e a festa com a bençam do santíssimo sacramento, na quella tarde de vinte e dois de novembro de 1931.

O esforçado procurador da quella capella está quase a concluir o patamar, faltando o trabalho do ladiamento não concluído por dificuldades de transporte de tijolos vem do certão.

(Livro do Tombo de 1912, fls 95 e 96 apud Diogo, 2016, p. 126).

Percebe-se, assim, a sua fundamentação não somente no fato de servir como limite para a estrutura de casas no lugarejo, mas entender como Alcântaras se tornou ao longo dos anos uma cidade sendo majoritária parte da população praticante do catolicismo. Segundo o censo de 2010 apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 10.771 pessoas, 10.205 se consideram católicas.

Esta predominante parcela da população alcantareense tem relação com a instalação da religião católica ser muito comum a partir do contexto colonial e por ser a religião oficial, que trouxe tradições medievais que foram moldando as formas de viver e socializar de forma individual e coletivamente, mas também vai se efetivando principalmente após o surgimento da Capela.

A partir das fontes orais podemos entender como essas relações se constituíram, portanto traremos depoimentos de moradores que carregam lembranças da antiga Igreja demolida e sentimentos que remetem a uma temporalidade permitindo que entendamos uma parte da história da cidade.

Em relação às festividades de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, segundo Maria Madalena Silva Ribeiro, 66 anos, aposentada e residente em Alcântaras desde seu nascimento.

(...) sempre nas festas o padre de Meruoca vinha celebrar ao meno uma missa. Aí nos batizados, ele batizava aqui na Igreja, batizados, casamentos... um bucado era feito aqui. Só que tinha que ser marcado aquele dia aí ele vinha e fazia um casamento coletivo. Se não fizesse aqui aí era pra Meruoca, mas pra Meruoca era muito ruim. Eu mesmo casei na Meruoca. Queria casa aqui, mas o padre não podia vim no período, mas na Meruoca era só um tantin de gente que ia. Os noivos os tistimunhas e pronto. Fretava carro e ia tudo junto. (RIBEIRO, 2023)

Os festejos de N. S. do Perpétuo Socorro¹² foi considerado um acontecimento importante, sendo responsável por reunir familiares, ser momento de sociabilização e considerado fundamental para a economia local. Conforme dialoga Maria do Livramento Menezes¹³

(...) a gente ia tudo a pé, um bando de gente, o povo ia na estrada se encontrando e conversando. Marrera bom demais. Eu levava meus filho tudin. E nesse tempo era carrocel, não era calçamento. O carro que tinha aqui era o jeep do Iraldo. Aí depois em 82 é que os trator fizeram as estradas e fizeram os calçamentos. (MENEZES, 2023)

Em sua fala podemos notar que as lembranças partilhadas dão conta que era comum no período de festa reunir grupos de pessoas para ir às missas. Foi uma realidade que se perdurou por um longo período, mas quando questionada sobre a realidade de hoje ela afirma que “antes dessa Pandemia¹⁴ a gente ainda se reunia pra ir. Era pouca gente, mas a gente ia” (MENEZES, 2023).

Outro ponto importante referente ao que a construção da capela possibilitou é sobre a determinação do centro urbano, visto como o ponto central do comércio e que

¹² Segundo Diogo (2016, p. 125) os festejos na antiga capela eram celebrados no mês de novembro, porém, no que diz respeito a mudança da data para o mês de outubro foi devido a safra de castanha de caju, pois neste mês os fiéis se encontravam em melhores condições financeiras.

¹³ Maria do Livramento Menezes tem 75 anos é aposentada e residente em Alcântaras desde os 16 anos

¹⁴ Pandemia referente ao Coronavírus (COVID-19) doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e que alcançou escala Global no ano de 2020.

pode ser pensado em conformidade com o que discute Mateus Rosada, o qual a Igreja pode ser considerada como “o centro definidor do traçado urbano e praça eclesiástica” (20??, p. 05). Segundo Maria Madalena Silva Ribeiro (2023) com o surgimento do templo e a criação do mercado ali próximo era comum ter várias bodegas próximas à Igreja e ao Mercado Central.

(...) tinha alguns comerciantes como o seu chico Raulino era um homem que tinha a bodega maior em Alcântaras, o comércio dele era onde hoje é o Tarcísio Maricota (...) Ali também aonde tem a Ótica do trabalhador era uma loja grande do seu Vaudamar que vendia fazenda, pano, rede essas coisas. Tinha mais era essas lojas e algumas casas mais próximas da Igreja. Era só quartin de comércio a gente chamava bodega. Perto da igreja tinha o prédio são Vicente, a casa grande que era mais antiga, outra casa que era da dona Franciné, a casa do Pedro Caetano que era um dos primeiros vereadores. (RIBEIRO, 2023)

Percebemos na fala de Ribeiro as mudanças que foram acontecendo ao longo do tempo e como as antigas estruturas foram sendo bruscamente modificadas. Apesar dessa discussão requerer cuidados e pontuações sobre o passar dos anos ser comum haver novas necessidades, ainda sim devemos levar em consideração sua narrativa como uma fonte importante a ser preservada para compreender como era a antiga cidade e refletir suas mudanças na atualidade.

Além da formação da Capela ser importante na consolidação de uma centralidade urbana marcada principalmente por ser esse local de comércio, também foi representada como lugar de encontros. Assim, ainda segundo Ribeiro

(...) nessa praça era muito bom, nesse tempo a gente tinha aquela história de se juntar e sair passeando assim de braços dados nessa praça. Aí a gente morava na Santana¹⁵ aí a gente vinha da Santana quando era a boca da noite ficava cheia de gente na praça aí a praça tinha umas colunas de barro aí na parte de dentro da praça tinha uns bancos com pés de coisas grandão aí tinha banco e cada lado tinha três bancos de cimentos aí esses bancos ficavam lá para quando as pessoas queriam brincar, conversar, ficar zoando e dizendo doidice ou um casal de namorados ficavam lá sentados enquanto isso os outros ficavam lá de braços dados. Uma filona de pessoas conversando e andando rodeando a praça. Aí depois botaram (...) fizeram uma caixa e botaram uma televisão. As primeiras televisões que apareceram aqui. Aí vinham gente da Santana da banda acolá de baixo, da banda da Santa Rosa, da banda da Ventura, dos Algodões todo mundo ia pra lá. Na copa de 70 era gente demais. Toda noite tinha gente na praça (RIBEIRO, 2023)

¹⁵ Sítio do município de Alcântaras.

Apesar das transformações que a modernidade pode vir a causar, ainda nas décadas de 1990 e 2000 a praça da antiga Igreja matriz continuou a ser considerada como o ponto de encontro principal da cidade. Segundo relatos de alcantarenses mais jovens¹⁶, destacamos nas falas desses jovens sentimentos que reconstruem e reconstituem a atmosfera de um tempo passado.

Ao apresentar as discussões de Portelli (1991, p. 16 apud NEVES, 2000, p. 113) sobre a História Oral, afirma que ela “tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo depois de reunidos”. Assim, são esses entrevistados, que quando indagados sobre o que vem em mente quando se pergunta sobre a antiga Igreja, logo respondem sobre a “infância e brincadeiras” na praça (FREIRE, 2023) ou que a praça servia de encontro onde “os jovens tinham momentos de conversas e brincadeiras” (SALES, 2023), bem como “era o ponto de encontro dos universitários para pegar ônibus” (VIEIRA, 2023), além de ser considerada “mais aconchegante e receptiva” (MACHADO, 2023) e por ser “um tempo sem internet, então praticamente todos os jovens se encontravam na praça. Era o ponto mais importante. Lembro de andar de bicicleta e nos encontrarmos lá” (XIMENES, 2023).

Essas lembranças muito contribuí para uma construção de memória coletiva, da própria identidade e uma temporalidade fazendo recuperar um lastro da dinâmica temporal de um mundo moderno, carregado por mudanças contínuas e que podem trazer consigo em muitos casos desenraizamento.

A Capela e a praça foram uns dos bens atingidos por “novas necessidades”, além da maioria das residências em torno. Segundo a historiadora Janaína Kelly Rodrigues Alcântara, “observa-se que na sede da cidade (...) são escassas ou quase inexistentes casas que conservem suas características originais, com sua arquitetura detalhada do século XX” (ALCÂNTARA, 2019, p. 86). Dando seguimento a sua análise ela defende

Estas informações nos possibilitam adentrarmos na ideia da suposta “modernização” ou “progresso” da cidade, que nos ajuda a pensar sobre o modo como estão sendo tratadas essas edificações arquitetônicas antigas

¹⁶ Entrevista feita utilizando as mesmas perguntas a 5 moradores residentes da cidade de Alcântaras que conviveram em torno da Igreja desde sua infância. Esses 5 são: Flávio Ximenes, 28 anos, graduado em Geografia; Géssica Yara Machado Sales, 34 anos, funcionária pública; Jonathan Yuri Machado, 29 anos, funcionário público; Juliane Freire, 24 anos, universitária; Kamilla Karlla Vieira, 32 anos, professora do estado.

que se constituem como parte do patrimônio histórico da cidade. (ALCÂNTARA, 2019, p. 86).

O Templo e o centro onde estava localizado foram considerados por muitos como peças importantes para pensar a história da localidade, carregado de memórias e sendo fonte material que ajudaria com mais precisão a refletir temporalidades do lugar. No entanto, a Igreja e praça foi demolida no ano de 2009, decisão tomada inicialmente pela Igreja Católica e depois discutida com os fiéis. A demolição ocorreu

(...) quando o pároco (...) decidiu demolir o prédio de mais de 100 anos. Parte dos fiéis foram contra e reivindicaram a preservação da história da cidade. Na época, foi feito um plebiscito que decidiu por uma nova igreja. O padre Edmilson Eugênio, responsável pela paróquia, explica que não havia mais como recuperar a antiga, que ficou bastante comprometida por conta dos tremores de terra. “A igreja apresentava, de fato, muitas inconveniências. Depois dos abalos, isso ficou mais evidente”, explica Edmilson. (G1. GLOBO, 2011)

A decisão foi cercada de algumas discordâncias, no entanto, com o intuito de oficializar os desejos de um número de fiéis, houve, como apresenta a matéria, a necessidade de um plebiscito. Este foi pensado pelo conselho da Igreja¹⁷ e efetuado entre os dias 05 de julho de 2006 a 15 de agosto do mesmo ano, ocorrendo na sede e nas capelas pertencentes à paróquia.

Segundo os dados encontrados no livro *Alcântaras III séculos de História* (DIOGO, 2016), na urna da sede, 817 votaram sim, 26 não e 04 brancos, já nas urnas das capelas, 589 votaram sim e 15 não, com isto, totaliza 1.406 que votaram a favor, 41 contra e 04 brancos. Destes votantes foi apenas aceito pessoas a partir dos 14 anos de idade e apresentando o documento de registro geral (identidade). Se analisarmos os dados do censo de 2010 onde de 10.771 pessoas, 10.205 eram consideradas católicas, com isto podemos observar que só aproximadamente 10% da população votou.

Considerações finais

Entende-se que buscar preservar a memória é uma forma de valorizar lembranças que estão relacionadas a contextos, contribuindo para que tenhamos

¹⁷ Constituído por Vanderli Freire Aguiar Gomes, Rita de Cássia Machado Lima Porfírio, Joaquim Benício Filho e Zoraide Alcântara Rocha (Diogo, 2016, p. 304).

percepções históricas sobre cada temporalidade de uma forma mais precisa. E quando há perdas de bens materiais, resta as memórias.

No entanto, como “a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance” (MATOS; SENNA, 2011, P. 96 apud ALBERTI, 1989, P.04) se compreende que seja necessário trabalhar de forma estruturada, principalmente desenvolvendo políticas públicas que foque na preservação da memória.

É preciso de um trabalho organizado, que se utilize do ensino de História relacionado à temática da memória, para preservar as lembranças no intuito de construir fontes de consulta para pesquisas futuras de temas não contemporâneos. Pois como defende Marilena Chauí “(...) a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (CHAUÍ, 1995, p. 125 apud DELGADO, 2003, p. 16).

Referências

Após demolição, fiéis de Alcântaras (CE) comemoram nova igreja. G1 Globo. 23 de novembro de 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2011/11/apos-demolicao-fieis-de-alcantaras-ce-comemoram-nova-igreja.html> Acessado em: 11 de outubro de 2022.

ALCÂNTARA, J. K. R. “Se a gente fosse viver só de trabalhar pros outros a gente morria”. Memórias da Casa Grande: moradores, rendeiros e agregados na cidade de Alcântaras – CE (1907 – 1920). In: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos (Org). Nossa Gente, nossa História: o Ceará Republicano. Sobral-CE. SertãoCult. 2019.

BRANCO, Samantha Castelo. História Oral: reflexões sobre aplicações e implicações. Revista Novos Rumos Sociológicos. Vol. 8, nº 13, jan/jun/2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. História Oral, 6, 2003, p. 9-25.

_____. História e memória: metodologia da História oral in: História oral: Memória, tempo e identidade. Coleção: leitura, escrita e oralidade. 2010.

DIOGO, Bertoni Vasconcelos. Alcântaras III séculos de História. Alcântaras/CE. 2016.
FREITAS, Sônia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Associação Editorial Humanitas. 2006.

GUIMARÃES, A. L. “Depois foi que veio essa modernização”: as transformações nos engenhos de cachaça artesanal em Alcântaras – CE (1960-2000). In: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos (Org). Nossa Gente, nossa História: o Ceará Republicano. Sobral-CE. Sertãoocult. 2019.

HODGE, P. A; COSTA, A. DE S. M. DA. História Oral e Pesquisa Organizacional: Desafios da Construção de Conhecimento sobre o Passado. Revista Organizações & Sociedades, 2021, 28 (29), 721-756.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo de Alcântaras de 2010. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/alcantaras/panorama>

LE GOFF, Jacques. História e Memória (1924). Tradução de Bernardo Leitão (et al). Capinas, SP Editora Unicamp. 1990.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivansi de. HISTÓRIA ORAL COMO FONTE: problemas e métodos. História, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. História Oral, 3, 2000, p. 109-116.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARAS. 2020. Disponível em: <https://cultura.sobral.ce.gov.br/agente/58806/>

PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. Tradução Ricardo Santiago. São Paulo: letras e voz. 2016.

ROSADA, Mateus. A Cidade e a Igreja. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação. Disciplina Arquitetura e Cidade. 20??.

SEVERO, F. Espaço arquitetônico e espaço turístico: memória, História e simulacros. Anais do II Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. 10 e 11 de setembro de 2004.

FONTE ORAL

Flávio Ximenes, professor, 28 anos. Entrevistado em: 01/02/2023,

Géssica Yara Machado Sales, funcionária pública, 34 anos. Entrevistada em: 01/02/2023

Jonathan Yuri Machado, funcionário público, 29 anos. Entrevistado em: 01/02/2023

Juliane Freire, universitária, 24 anos. Entrevistada em: 01/02/2023

Kamilla Karlla Vieira, professora do estado, 32 anos. Entrevistada em: 01/02/2023

Maria Madalena Silva Ribeiro, aposentada, 66 anos. Entrevistada em: 31/01/2023

Maria do Livramento Menezes, aposentada, 75 anos. Entrevistada em: 31/01/2023

Ana Rita Menezes da Silva

Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2023). Participou como bolsista do Programa de Residência Pedagógica - PRP (2020-2022). Estagiária da Prefeitura de Sobral/CE no equipamento cultural Casa do Capitão-Mor José de Xerez Furna Uchoa (Centro de Referência Cultural de Sobral/CE) (2022). Bolsista no Programa de Bolsas de Permanência Universitária - PBPU (2022).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9848659663670195>

Edilberto Florêncio dos Santos

Mestre em História e Culturas pelo Mestrado Acadêmico em História-MAHIS da Universidade Estadual do Ceará-UECE (2018). Possui especialização em Ensino de História do Ceará (2013) e em Gestão Cultural pelo Laboratório de Gestão Cultural - UVA. E graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2011). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Cidades e outras Artes - UVA. Atualmente é professor substituto do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA e editor da Revista Historiar.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5353413482172266>

Artigo recebido em: 14 de agosto de 2023.

Artigo aprovado em: 23 de janeiro de 2024.